

QUESTIONÁRIO DESTINADO À COMISSÁRIA INDIGITADA**Roxana MÎNZATU****Vice-presidente executiva responsável pelas Pessoas, Competências e Preparação****1. 1. Competências gerais, empenhamento europeu e independência pessoal**

Quais são os aspetos das suas qualificações e experiência pessoais que considera particularmente relevantes para exercer as funções de comissária e promover o interesse geral europeu, nomeadamente no domínio pelo qual poderá vir a ser responsável? Qual será a sua contribuição para a aplicação das orientações políticas da Comissão? Como tenciona aplicar na prática a integração da perspectiva de género em todas os domínios políticos que se inserem no âmbito da sua pasta? Como tenciona aplicar na prática a integração da perspectiva dos jovens?

Que garantias de independência pode dar ao Parlamento e como tenciona assegurar que nenhuma das suas atividades passadas, presentes ou futuras possa levantar dúvidas sobre o desempenho das suas funções na Comissão?

A União Europeia, projeto histórico único, encerra a promessa de paz e prosperidade, assentes na forte combinação de competitividade e do modelo social europeu: é nosso dever honrar esta promessa.

Nasci na Roménia, no período mais negro da ditadura comunista. Foi na minha cidade natal, Braşov, que, em 15 de novembro de 1987, emergiram as primeiras e corajosas incitações públicas à liberdade e à justiça social. Embora essa revolta tenha sido reprimida pelo regime comunista, essa centelha de esperança reacendeu-se em dezembro de 1989 com a revolução romena e abriu um novo rumo para o meu país, sendo a UE, ao mesmo tempo, uma promessa e um sonho. Os sacrifícios humanos pelos valores e direitos no coração da UE, como a dignidade humana, a democracia, a liberdade, a justiça e o Estado de direito, sempre foram uma bússola e uma inspiração para mim e para a minha geração, testemunhas vivas que fomos da encruzilhada do nosso destino político. Tanto a Roménia como a UE percorreram um longo caminho neste quase meio século. E muita me honraria fazer parte do percurso que temos pela frente.

Tenho mais de duas décadas de experiência profissional no domínio dos assuntos europeus. Trabalhei a diferentes níveis, do conselho distrital ao parlamento e governo nacionais e ao Parlamento Europeu. Este percurso proporcionou-me uma visão aprofundada do potencial da UE e do que temos de fazer para o concretizar. Como ministra ou secretária de Estado, coordenei os programas da Roménia no âmbito do Fundo Social Europeu e executei políticas e reformas de que são exemplo uma reforma sistémica da contratação pública ou legislação e investimentos em benefício das pessoas mais carenciadas e das pessoas com deficiência, que favorecem a sua integração no mercado de trabalho e conduzem a uma vida melhor para todos. Representei o meu país no Conselho. Sempre desempenhei o meu dever com paixão, ambição, responsabilidade e empatia, colocando a política ao serviço das pessoas. Se a minha indigitação for confirmada, na qualidade de vice-presidente executiva, tenciono imprimir a mesma paixão e ambição à concretização das orientações políticas, tanto no que diz respeito às competências específicas da minha pasta como às mais amplas responsabilidades de coordenação enquanto vice-presidente executiva.

Na qualidade de vice-presidente executiva indigitada responsável pelas Pessoas, Competências e Preparação, é meu privilégio ter no centro da minha ação política as «pessoas», os seus direitos e as suas oportunidades. Tendo por roteiro a carta de missão que me foi dirigida pela presidente eleita Ursula von der Leyen, tenciono trabalhar com os meus colegas do colégio para concretizar uma agenda ambiciosa. Precisamos de uma Europa social forte que coloque a legislação, o investimento e a coordenação das políticas ao serviço do combate à pobreza, da promoção da prosperidade e da garantia de equidade. Não podemos dar-nos ao luxo de negligenciar as nossas crianças, elas próprias futuras construtoras e beneficiárias de uma Europa melhor, nem de aceitar que as pessoas desfavorecidas sejam excluídas da nossa sociedade. O Pilar Europeu dos Direitos Sociais continuará a orientar as

nossas ações para reforçar a Europa social. Um novo plano de ação, que tenciono propor em 2025, assentará num diálogo e numa cooperação renovados com as instituições da UE, os Estados-Membros e os parceiros sociais. Visitarei todos os Estados-Membros para promover este diálogo e chegar a um compromisso mais forte baseado em ações concretas. Tenciono também celebrar um novo Pacto para o Diálogo Social, a fim de imprimir uma nova dinâmica em favor de políticas europeias mais eficazes, com base no contributo dos principais intervenientes sociais.

O aumento da competitividade e da produtividade deve ser acompanhado de uma capacitação das pessoas. Esta abordagem complementar constitui a base de um modelo social forte. Um modelo de competitividade sustentável só é possível se for acompanhado de direitos sociais e salários dignos. A União das Competências, o Plano da Indústria Limpa e o Pilar Europeu dos Direitos Sociais são ferramentas indispensáveis na construção do futuro.

Para colmatar as lacunas de mão de obra, é necessária uma abordagem dupla assente na oferta e na portabilidade das competências. Defendo com veemência que as competências são um direito social e que a educação e a formação universais começam na infância e continuam ao longo de toda a vida profissional, proporcionando oportunidades para uma vida gratificante, ao serviço também da resiliência social e económica. Neste contexto, é fundamental investir nas pessoas através do apoio da UE e cooperar com o setor privado no sentido de uma maior oferta de competências. Igualmente necessárias são medidas para assegurar a portabilidade das competências. Não hesitarei em trabalhar no sentido da definição de um quadro jurídico ambicioso para apoiar o reconhecimento mútuo e todos os avanços necessários noutras negociações em curso, bem como a aplicação do acervo no domínio do mercado de trabalho.

A próxima Comissão será uma Comissão de investimento. Um investimento que também inclui as pessoas. Focar-me-ei na mobilização do Fundo Social Europeu, do Erasmus+ e do Fundo Social para o Clima para concretizar as aspirações do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, assegurar uma transição justa e aumentar as competências e a competitividade. Para tal, é crucial reforçar as ligações entre o investimento e as reformas, que devem ser alinhados com os objetivos e prioridades definidos, a fim de centrar a ação da UE nos domínios onde é mais necessária.

Os esforços globais da próxima Comissão para proteger a democracia e reforçar o Estado de direito assumem especial importância. A melhoria dos níveis de instrução, da igualdade e dos direitos sociais contribui crucialmente para reforçar a resiliência democrática e defender o Estado de direito, num período em que somos confrontados com ameaças autoritárias e interferências externas.

Orientarei igualmente o trabalho para promover uma cultura integrada de preparação, ajudando as pessoas e toda a sociedade a adaptarem-se aos desafios futuros e a prepararem-se para dar respostas eficazes e atempadas a novas ameaças que tenhamos de enfrentar.

Como forte defensora dos direitos das mulheres que sou, orgulho-me de fazer parte da liderança das instituições europeias e sinto um dever especial de lutar pela igualdade de género enquanto valor fundamental e facilitador da vida democrática e de uma economia melhor. Com as minhas ações, comprometo-me a demonstrar que a União pode crescer e tornar-se mais forte graças à igualdade e à solidariedade. Em todas as minhas iniciativas, procurarei lutar pela capacitação das mulheres e promover a igualdade de género. Trabalharei em estreita colaboração com a comissária da Igualdade neste desígnio, bem como com todo o colégio de comissários. No trabalho a realizar para alcançar as grandes metas sociais para 2030 no âmbito do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, pretendo reduzir pelo menos para metade as disparidades entre homens e mulheres no emprego em comparação com 2019, aplicar as novas metas de Barcelona em matéria de educação e acolhimento na primeira infância e reforçar o equilíbrio entre a vida profissional e a vida familiar, nomeadamente no teletrabalho.

Chegou também o momento de a UE consolidar a confiança da nova geração. Nesse sentido, aguardo com expectativa os Diálogos sobre a Política de Juventude, a que darei início nos 100 primeiros dias do meu mandato. Precisamos de formatos flexíveis para atrair o interesse dos jovens, não só através deste diálogo político anual, mas também sobre importantes questões específicas, sujeitando toda uma série de iniciativas sob a minha responsabilidade a uma verificação da perspetiva dos jovens. Trabalharei com o resto do colégio para garantir a integração da perspetiva da juventude.

Se a minha indigitação for confirmada, na qualidade de vice-presidente executiva, comprometo-me a exercer as minhas funções em total independência e no respeito pelas mais rigorosas normas éticas, no interesse geral da União. Respeitarei o Código de Conduta dos Comissários, evitando situações que ponham em causa a minha independência e integridade e informando a presidente da Comissão de qualquer potencial conflito de interesses.

Não solicitarei nem aceitarei instruções de qualquer governo, instituição, organismo ou entidade. Mesmo após a cessação das minhas funções, comprometo-me a garantir a confidencialidade das informações e a respeitar as regras relativas a nomeações e benefícios. Comprometo-me a cumprir as obrigações de transparência e a encontrar-me apenas com as organizações ou as pessoas que trabalham por conta própria inscritas no Registo de Transparência.

2. Gestão da pasta e cooperação com o Parlamento Europeu

Compromete-se a informar devidamente o Parlamento sobre as suas ações e as dos seus serviços? Em que sentido se considera obrigada a prestar contas perante o Parlamento?

Que compromissos específicos está disposta a assumir quanto à sua colaboração com o Parlamento e à sua presença na instituição, tanto em comissão como em sessão plenária, à transparência, à cooperação e ao seguimento eficaz das posições e dos pedidos de iniciativas legislativas do Parlamento? Relativamente às iniciativas previstas e aos procedimentos em curso, está disposta a transmitir ao Parlamento informações e documentos em tempo útil e em condições de igualdade com o Conselho?

Não podemos dar respostas concretas aos nossos cidadãos nem permanecer à escuta das suas necessidades e aspirações sem nos comprometermos com um diálogo constante e sem prepararmos o trabalho a realizar em estreita colaboração com os seus representantes diretos — vocês, os deputados ao Parlamento. Juntos, Comissão e Parlamento, contribuímos para uma União mais forte. Ao longo da minha carreira política, fui funcionária eleita aos níveis local, nacional e europeu. Estabeleci cooperação parlamentar, pratiquei um diálogo interinstitucional e trabalhei no sentido de criar sinergias políticas. Enquanto ministra, promovi proativamente um diálogo honesto e pragmático com a assembleia parlamentar do meu país. Este foi um princípio que orientou a minha ação para além das funções formalmente definidas.

Se a minha indigitação for confirmada, na qualidade de vice-presidente executiva, comprometo-me a assumir a responsabilidade política perante o Parlamento pelas atividades inerentes à minha pasta, sem prejuízo do princípio da colegialidade. Comprometo-me a estabelecer uma relação especial entre o Parlamento Europeu e a Comissão e a tratar o Parlamento Europeu e o Conselho em pé de igualdade na partilha de informações com as instituições, tal como estabelecido no Acordo-Quadro de 2010 entre o Parlamento Europeu e a Comissão.

A colaboração com o Parlamento Europeu assume para mim importância fundamental e contribuirei para reforçar as relações entre a Comissão e o Parlamento, tanto a nível do colégio como nos domínios sob a minha responsabilidade. Comprometo-me a informar devidamente o Parlamento sobre as minhas ações e as dos meus serviços. Tenciono também trabalhar com o Parlamento na prossecução do nosso projeto europeu e no diálogo com os cidadãos: agindo em conjunto para dar visibilidade à forma como as nossas políticas e leis são aplicadas na prática a nível nacional, podemos mostrar como trabalhamos para proporcionar aos cidadãos e às empresas os benefícios da UE.

A transparência é fundamental para uma boa tomada de decisões. Acredito que uma presença regular nas principais comissões com as quais serei chamada a colaborar inspirará uma cultura de confiança, transparência e colegialidade, crucial para o nosso trabalho conjunto, a fim de cooperar com o Parlamento em todas as fases do processo de elaboração de políticas. Para estar presente nos debates em sessão plenária, nas comissões e nos trílogos, organizarei diálogos estruturados com as comissões parlamentares pertinentes, a fim de traçar o rumo a seguir em caso de resoluções adotadas pelo Parlamento ao abrigo do artigo 225.º do TFUE que apelem à apresentação de propostas legislativas.

Considero que o exercício do controlo parlamentar e da iniciativa parlamentar deve assentar num diálogo com a Comissão. Sem atentar aos princípios da colegialidade e da igualdade, considero que os vice-presidentes executivos têm uma responsabilidade especial em termos de diálogo com esta assembleia.

Pretendo estabelecer uma relação baseada na abertura, na transparência, na confiança mútua, na eficiência, no diálogo constante, na comunicação regular de informações e no intercâmbio de informações. Desta forma, o Parlamento estará em condições de exercer, de forma eficaz, o seu controlo democrático, enquanto se geram consensos sobre a ação política. Garantirei a transparência e o fluxo de informação com o Parlamento, nomeadamente antes de eventos importantes e em fases fundamentais das negociações a nível internacional. Enquanto vice-presidente executiva, acredito que tenho uma especial responsabilidade de participar nos debates em sessão plenária e em comissão. Estarei disponível para reuniões bilaterais e para uma comunicação direta com os deputados ao Parlamento Europeu.

Comprometo-me a exercer funções em estreita colaboração com o Parlamento Europeu com base no Acordo Interinstitucional «Legislar Melhor» de 2016 e no Acordo-Quadro de 2010 e a trabalhar, no âmbito do colégio, na revisão do Acordo-Quadro para reforçar a responsabilidade política conjunta, o diálogo, o fluxo de informações e a transparência.

Perguntas da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais

3. O Parlamento está preocupado com a fragmentação da política social e de emprego e com a sua inclusão em numerosas pastas de comissários indigitados, bem como com a falta de dimensão social e de emprego no título da vice-presidente indigitada Roxana Mînzatu. Como tenciona a vice-presidente indigitada assegurar que esta fragmentação não compromete a aplicação dos princípios do Pilar Europeu dos Direitos Sociais? Como irá cooperar com os outros comissários para alcançar estes objetivos? Além disso, concorda em alterar o seu título para «vice-presidente executiva responsável pelo emprego de qualidade, os direitos sociais, as competências e a educação» e tomar as medidas necessárias para consolidar as políticas sociais e de emprego e assegurar estruturas e supervisão eficientes?

Considero que o facto de podermos contar, no Colégio de comissários, com uma vice-presidente executiva para as Pessoas, Competências e Preparação, responsável pela pasta das competências e educação, do emprego de qualidade e dos direitos sociais, é um importante passo em frente para a Europa social. Se a minha indigitação for confirmada, será com orgulho e humildade que assumirei este papel. Na qualidade de vice-presidente executiva, se a minha indigitação for confirmada, defenderei a integração dos nossos objetivos sociais e do mercado de trabalho em todas as atividades da Comissão. Este é um passo essencial para garantir uma economia social de mercado competitiva que garanta a nossa prosperidade. É fundamental para a nossa democracia, para a saúde da nossa sociedade e, ao mesmo tempo, para as transições ecológica e digital.

Na prossecução de uma Europa social cada vez mais forte, o Pilar Europeu dos Direitos Sociais é a bússola que nos guia na definição de políticas sociais e de emprego sólidas na UE. Várias pastas e serviços foram responsáveis pelas iniciativas do primeiro plano de ação: as políticas sociais, de emprego e de competências assumem uma relevância significativa para diferentes domínios de intervenção e são-lhes indispensáveis para concretizar todo o seu potencial. Velarei por que os objetivos do Pilar Europeu dos Direitos Sociais se reflitam em todos os domínios de ação.

Se a minha indigitação for confirmada, garantirei um novo plano de ação ambicioso para a aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, tal como anunciado nas orientações políticas. Reforçar a Europa social e tornar os princípios do Pilar uma realidade na vida das pessoas não é uma missão limitada. Como é óbvio, trabalharei com os outros vice-presidentes executivos e com os comissários cujo trabalho estarei incumbida de orientar, mas também para além deste âmbito. Um plano de ação ambicioso e bem-sucedido exigirá a colaboração com todo o Colégio. A título de exemplo, trabalharei sobre a habitação com o comissário responsável pela Energia e Habitação, sobre a igualdade com a comissária responsável pela Igualdade, sobre os fundos com o vice-presidente executivo responsável pela Coesão e Reformas e com o comissário do Orçamento, sobre a coordenação das políticas económicas e o Semestre Europeu com o comissário da Economia e Produtividade, sobre questões relativas à indústria e ao mercado interno com o vice-presidente executivo responsável pela Prosperidade e Estratégia Industrial, e sobre a transição climática justa com a vice-presidente executiva responsável pela Transição Limpa, Justa e Competitiva e o comissário responsável pelo Clima, Neutralidade Carbónica e Crescimento Limpo. O Pilar tem de ser aplicado no terreno — os resultados não podem ser uma consideração secundária — e utilizarei todas as oportunidades disponíveis para trabalhar com o Parlamento Europeu, mas também com os Estados-Membros e os parceiros sociais, e dar prioridade ao cumprimento dos compromissos assumidos em matéria de direitos fundamentais, competências, emprego e combate à pobreza, em consonância com os 20 princípios do Pilar.

Compreendo por que razão alguns poderiam ter preferido que o meu título fosse formulado de forma diferente. Pela minha parte, enche-me de entusiasmo ser titular de uma pasta que coloca as «pessoas» no centro das preocupações. Este é certamente o desígnio do projeto europeu: que o nosso objetivo último seja servir os cidadãos da UE, com as suas diferentes nacionalidades, circunstâncias e perspetivas, e trabalhar no seu interesse. Todas as pessoas têm potencialidades e necessidades próprias — esta é uma consideração fundamental no trabalho que temos de realizar. Independentemente do meu título, é inequívoca a minha determinação em trabalhar em prol de empregos de qualidade, direitos sociais, competências e educação e, de um modo geral, dos cidadãos europeus. Se a minha indigitação for confirmada, na qualidade de vice-presidente executiva, utilizarei todos os instrumentos disponíveis para cumprir os ambiciosos objetivos sociais deste mandato.

4. Com base na declaração de La Hulpe, que iniciativas legislativas se compromete a apresentar no novo plano de ação sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, como a digitalização no trabalho, a habitação e a negociação coletiva, a fim de alcançar as metas para 2030? Que medidas e ações concretas tenciona propor para combater a escassez de competências críticas e de mão de obra nos mercados de trabalho europeus e para criar boas oportunidades em todas as regiões da Europa? Como tenciona garantir que todos os trabalhadores, em especial os trabalhadores pouco qualificados, possam beneficiar da União de Competências e beneficiar do direito à formação, bem como da igualdade de acesso a programas de melhoria de competências e requalificação, especialmente à luz das transições ecológica e digital?

Que medidas e ações concretas tenciona propor para facilitar a mobilidade laboral, assegurar uma Autoridade Europeia do Trabalho (AET) forte e capacitada e prosseguir a modernização, a simplificação e a digitalização da coordenação da segurança social, tal como referido na sua carta de missão?

Além disso, que novos e revistos valores-limite de exposição profissional às substâncias perigosas tenciona propor ao abrigo da legislação da UE em matéria de segurança e saúde no trabalho, assegurando condições de concorrência equitativas para as empresas?

O Pilar Europeu dos Direitos Sociais é o quadro adequado para nos orientar nos esforços contínuos de construir uma Europa socialmente justa e sustentável. As normas sociais de que dispomos são uma dimensão importante do modelo de economia social de mercado e fundamentais para a nossa competitividade a longo prazo. Se a minha indigitação for confirmada, lançarei, em 2025, um novo Plano de Ação para a aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais a fim de reforçar as atuais políticas e introduzir novas iniciativas. É minha intenção amplificar a dinâmica no sentido de alcançar, ou mesmo ultrapassar, as grandes metas da UE para 2030 em matéria de emprego (taxa de emprego de 78 % e redução, pelo menos, para metade das disparidades entre homens e mulheres no emprego), competências (participação anual de, pelo menos, 60 % dos europeus em ações de formação e promoção do acesso a competências digitais básicas para, pelo menos, 80 % das pessoas entre os 16 e os 74 anos) e combate à pobreza (redução do número de pessoas que vivem em situação de pobreza ou exclusão social em, pelo menos, 15 milhões, incluindo 5 milhões de crianças, em comparação com os valores de 2019). Mas também quero analisar mais aprofundadamente a forma como podemos criar não só empregos, mas empregos de qualidade. O plano de ação anunciará medidas legislativas e não legislativas para garantir que alcancamos as nossas ambições sociais.

Quero definir um Roteiro de Empregos de Qualidade que nos sirva de paradigma e nos permita explorar plenamente as oportunidades que as novas tecnologias e os ecossistemas digitais significam para a inovação, o aumento da produtividade e a competitividade. Prosseguirei os trabalhos em favor do direito a desligar e do teletrabalho, refletindo, assim, a nosso compromisso para com os direitos dos trabalhadores na era digital. O que é um direito fora de linha deve ser também um direito em linha. Continuaremos também a recolher dados para uma nova iniciativa em matéria de gestão algorítmica que incorpore o princípio do «controlo humano» no mundo do trabalho. Investirei cabalmente no reforço do diálogo social e da negociação coletiva, com base na Diretiva relativa a Salários Mínimos e na Recomendação do Conselho de 2023 sobre o diálogo social. Começarei por propor, no início de 2025, um novo Pacto para o Diálogo Social Europeu, em colaboração com os sindicatos e os empregadores europeus. A negociação coletiva e o diálogo social são, de facto, essenciais para que os mercados de trabalho europeus se adaptem, de forma flexível e inclusiva, aos desafios futuros decorrentes das três transições: ecológica, digital e demográfica. O direito dos trabalhadores e dos seus representantes à informação, à consulta e à participação é fundamental para lhes permitir desempenhar um papel ativo na antecipação e na gestão das transições digital e ecológica.

No que diz respeito à habitação, apoiarei o comissário responsável pela Energia e Habitação no seu trabalho de orientar o Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis, assegurando a inclusão de uma componente social sólida que atenda às necessidades dos mais vulneráveis, incluindo as pessoas em situação de sem-abrigo, para as quais o princípio da prioridade à habitação é a abordagem ideal.

Para fazer face à escassez de mão de obra e de competências, a Comissão apresentou já diferentes iniciativas importantes, em especial o Plano de Ação sobre a Escassez de Mão de Obra e Competências, que coloca a tónica nas especificidades das regiões. Tal como salientado no Plano de Ação sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, a existência de condições de trabalho dignas é vital para atrair e reter os trabalhadores, ao passo que aspetos como uma negociação coletiva forte, salários adequados e justos, o apoio ao crescimento inclusivo e a prevenção da pobreza no trabalho são igualmente essenciais para fazer face à escassez de mão de obra na UE. Aprendemos esta lição durante a crise pandémica, especialmente no setor da prestação de cuidados. Por este motivo, trabalharei no sentido de criar um quadro coerente para dar resposta aos desafios da mão de obra no setor dos cuidados de longa

duração, não apenas com o objetivo de facilitar o reconhecimento de competências e qualificações, mas também de melhorar as condições de trabalho.

O desenvolvimento de uma União de Competências estará no centro da nossa abordagem para fazer face à escassez de mão de obra e de competências e explorar o potencial das pessoas. As competências são também indispensáveis para enfrentarmos — individual e coletivamente — os desafios da mudança e para fazer da transição ecológica e digital também uma transição socialmente justa. As competências são um direito social; um direito que todas as pessoas devem continuar a usufruir da infância até à velhice. O objetivo será que todos recebam a educação e a formação de que necessitam em todas as fases da vida profissional para se adaptarem, com agilidade, ao mundo em constante evolução — e, em seguida, assegurar que estas competências possam ser utilizadas em toda a UE no mercado de trabalho, respondendo assim às aspirações das pessoas com competências e às necessidades dos empregadores. Definirei uma ambiciosa Iniciativa sobre a Portabilidade de Competências para garantir que as competências circulem e são reconhecidas no mercado de trabalho.

A nossa União de Competências assenta nas políticas e no investimento em competências básicas, no apoio a professores e na orientação do nosso trabalho para as principais necessidades, tais como as áreas da ciência, da tecnologia, da engenharia e da matemática (CTEM). Estes esforços serão acompanhados pelo reforço dos trabalhos em matéria de educação e formação digitais. Proporei igualmente medidas ambiciosas e específicas para promover a oferta de ensino e formação profissionais (EFP) com valor acrescentado europeu, tirando inspiração das abordagens já aplicadas no ensino superior na Europa. Para serem inclusivos, os prestadores de ensino e formação devem também oferecer novas oportunidades de aprendizagem, incluindo digitais. Temos de recorrer à IA, ao retorno de informações e a serviços de orientação fundamentados em dados, bem como a medidas específicas que reforcem a oferta de competências digitais. Precisamos de percursos de aprendizagem flexíveis, centrados nas competências e aptidões, interdisciplinares, transculturais e transfronteiriços. Para cumprir o objetivo de 2030 em matéria de competências, estudarei formas de reforçar ainda mais as contas individuais de aprendizagem. Ao dar a todas as pessoas meios de seguir uma formação, as contas individuais de aprendizagem garantem o exercício desse direito na prática, e trabalharei com os Estados-Membros no sentido de fazer avançar a sua aplicação, em especial através do apoio à aprendizagem mútua. Outro elemento fundamental neste contexto são as microcredenciais, que favorecem o desenvolvimento de competências e a empregabilidade ao certificar os resultados de experiências de aprendizagem de curta duração, que são muito relevantes para as transições ecológica, digital e social.

Empregos de qualidade significam também uma mobilidade laboral justa. Em primeiro lugar, temos de concluir os trabalhos ainda em curso. Trabalharei incansavelmente com o Parlamento e o Conselho para ajudar a alcançar um acordo sobre a revisão dos regulamentos relativos à coordenação da segurança social. Estou ciente da complexidade deste dossiê e estou disposta a propor abordagens inovadoras que aproveitem os progressos realizados até à data.

Em segundo lugar, a Comissão está a concluir a avaliação da Autoridade Europeia do Trabalho. Com base nas conclusões dessa avaliação e tendo em conta os contributos da resolução do Parlamento, debruçar-me-ei também sobre formas de reforçar a ação da Autoridade Europeia do Trabalho. Em terceiro lugar, apresentarei uma visão abrangente sobre a digitalização dos serviços, nomeadamente para facilitar as declarações dos trabalhadores destacados. Esta visão basear-se-á nos dois projetos-piloto sobre o Passaporte Europeu de Segurança Social, cujos resultados deverão ser apresentados no segundo semestre de 2025.

Trabalharei igualmente com outros comissários para honrar o compromisso assumido nas orientações políticas de desenvolver regras sobre o reconhecimento das qualificações dos nacionais de países terceiros, simplificar os procedimentos e eliminar obstáculos desnecessários. Esta iniciativa, em conjugação com outras como a Reserva de Talentos da UE e as Parcerias de Talentos, darão a imagem de uma UE aberta e pronta a acolher talentos, capaz de atrair pessoas com as competências adequadas para responder às necessidades do seu mercado de trabalho.

No que diz respeito aos valores-limite novos e revistos de exposição profissional a substâncias perigosas, a Comissão reduziu os prazos para a fixação desses valores a nível da UE, mas a minha intenção é que sejamos mais rápidos. Analisarei esta questão em profundidade, uma vez que os nossos trabalhadores têm necessidade de uma proteção acrescida contra a exposição a produtos químicos perigosos e as empresas precisam de condições de concorrência equitativas. O quadro estratégico da UE para a saúde e a segurança no trabalho 2021-2027 estabelece as substâncias que devem ser objeto de uma atenção especial no futuro próximo, e é com determinação que me proponho avançar com este trabalho e proteger os trabalhadores em risco. O mesmo se aplica à prevenção de mortes e acidentes no local de trabalho em todos os seus aspetos, incluindo os riscos psicossociais e musculoesqueléticos. A este respeito, quero reafirmar a abordagem «visão zero», cujo objetivo é prevenir mortes

relacionadas com o trabalho. Trabalharei no sentido de incentivar a prevenção de perigos específicos decorrentes das alterações climáticas, como o *stress* térmico ou os fenómenos meteorológicos extremos, bem como de incorporar mais eficazmente os riscos psicossociais, por exemplo, os relacionados com a transição digital. Grande parte deste trabalho converge com a firme ambição da nova Comissão de proteger a saúde mental dos europeus.

Por último, mas não menos importante, serei firme defensora da dimensão social do Semestre Europeu no quadro de uma abordagem integrada entre as políticas económicas e sociais. Trabalharei no sentido de continuar a integrar o quadro de convergência social no Semestre. O meu trabalho focar-se-á também em investimentos e reformas sociais, incluindo uma melhoria dos instrumentos de acompanhamento e avaliação, como a avaliação do impacto distributivo, para medir o seu retorno económico e social. Estes instrumentos serão essenciais para a sustentabilidade de todas as políticas europeias.

5. Cerca de 95 milhões de pessoas na União vivem em risco de pobreza e exclusão social, incluindo 19 milhões de crianças. Mesmo 11 % dos trabalhadores estão expostos a este risco. Que iniciativas legislativas concretas tenciona propor no contexto da primeira estratégia da UE contra a pobreza, anunciada pela presidente eleita da Comissão, Ursula von der Leyen? Que papel desempenhará o Semestre Europeu e a Garantia Europeia para a Infância nesta estratégia, a fim de assegurar progressos na prossecução do objetivo de redução da pobreza do Plano de Ação sobre o PEDS? Como tenciona garantir que o próximo QFP faça mais para erradicar a pobreza e a exclusão social? Para além da recomendação do Conselho, que medidas concretas de seguimento adotará em resposta aos pedidos do Parlamento Europeu no sentido de garantir a adequação e aumentar a cobertura e a utilização dos regimes de rendimento mínimo?

Tenciona apresentar uma diretiva relativa a um rendimento mínimo adequado, a fim de assegurar a reintegração das pessoas ausentes do mercado de trabalho, respeitando simultaneamente o princípio da subsidiariedade e as especificidades dos sistemas nacionais de proteção social?

A presidente eleita Ursula von der Leyen salientou, nas suas orientações políticas, que o modo de vida da Europa depende das proteções e das oportunidades conferidas pelo nosso modelo social e a nossa economia social de mercado. Se a minha indigitação for confirmada, na qualidade de vice-presidente executiva, desenvolverei a estratégia da UE de combate à pobreza, que permitirá apoiar eficazmente as pessoas mais desfavorecidas da nossa sociedade e lutar contra as desigualdades sociais. A escala e os novos tipos de pobreza e exclusão social na Europa continuam, a meu ver, a ser inaceitáveis. E a pobreza infantil não tem lugar na nossa sociedade próspera. Se queremos construir com êxito uma União mais competitiva, assente numa economia sustentável e ecológica, alimentada pelas novas tecnologias, resiliente quando confrontada com crises e politicamente sólida, então a nossa perspetiva horizontal deve ser sempre combater a pobreza mediante todas as decisões e políticas que adotamos.

A Estratégia da UE de Combate à Pobreza deve dar um novo impulso à redução da pobreza e da exclusão social a nível da UE. Devemos começar pelas causas profundas da pobreza, como a desigualdade e a injustiça social, os baixos rendimentos, a fraca ligação ao mercado de trabalho, as lacunas no acesso a serviços sociais e essenciais, a acessibilidade dos preços, para citar alguns exemplos.

É evidente que o compromisso determinado dos Estados-Membros de agir neste sentido será fundamental para a execução da estratégia. Desde a Cimeira do Porto de 2021, assumimos um objetivo claro a alcançar até 2030. Especificamente, devemos almejar, em termos de políticas de inclusão social e de proteção social, uma redução do número de pessoas que vivem em situação de pobreza ou exclusão social em, pelo menos, 15 milhões (em comparação com os valores de 2019), incluindo 5 milhões de crianças. Devemos também colocar uma tónica especial na rutura do ciclo de pobreza que passa de geração em geração, bem como na promoção da mobilidade social. Para tal, serão necessários novos esforços substanciais — cerca de metade dos Estados-Membros registaram um aumento significativo do número de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social em 2023, dificultando a consecução da meta fixada para 2030.

Esforçar-me-ei por garantir que quem pode trabalhar seja ajudado a aceder a um emprego de qualidade como forma de sair da pobreza. A pobreza diz respeito a pessoas de todas as idades, da infância à velhice, passando pela vida ativa. O risco de pobreza e exclusão social é mais elevado para as mulheres. E a exclusão social está frequentemente associada à discriminação e à desigualdade estruturais na sociedade. Velarei por que o trabalho de definição da estratégia seja integrado e abordado também no quadro dos trabalhos sobre uma União da Igualdade.

Em 2023, mais de um quinto da população da UE que vivia em agregados familiares com filhos a cargo corria risco de pobreza ou exclusão social. Na estratégia, analisarei formas de reforçar o acesso das famílias a cuidados de qualidade e a preços comportáveis, bem como a empregos de qualidade no setor da prestação de cuidados.

A nossa abordagem da pobreza deve também ser abrangente e extravasar os limites das políticas sociais e de emprego, a fim de incluir a educação e a formação, os cuidados de saúde, a habitação, a fiscalidade, os transportes, a energia, a alimentação e as políticas climáticas. Trabalhando em cooperação com os meus colegas, apoiarei a implementação do Fundo Social para o Clima para combater a pobreza associada à energia e aos transportes.

Em conformidade com os Tratados, a principal responsabilidade pelo combate à pobreza e à exclusão cabe aos Estados-Membros. Mas os Tratados também enunciam claramente o objetivo da União de promover a paz, os seus valores e o bem-estar dos seus povos — e que a União combate a exclusão social e a discriminação e promove a justiça e a proteção sociais, a igualdade entre homens e mulheres, a solidariedade entre gerações e a proteção dos direitos da criança.

O Semestre Europeu desempenhará um papel crucial no acompanhamento e na coordenação das políticas nacionais de combate à exclusão social e às desigualdades. Se a minha indigitação for confirmada, na qualidade de vice-presidente executiva, contribuirei para o Semestre Europeu nas matérias atinentes às políticas sociais, de educação e de emprego e comprometo-me a manter a sua forte dimensão social. Com base no Fundo Social Europeu Mais (FSE+), que apoia a aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais e visa reduzir a pobreza e a exclusão social, e no novo Fundo Social em matéria de Clima, trabalharei com outros comissários para desenvolver respostas holísticas em termos de política e financiamento. O trabalho a desenvolver sob a alçada do comissário responsável pela Energia e Habitação sobre o Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis e o plano de ação para preços da energia a preços acessíveis é particularmente importante para assegurar que esses planos comportam uma componente social sólida que atenda às necessidades das pessoas mais vulneráveis, incluindo as que vivem em situação de sem-abrigo.

No que diz respeito ao financiamento e ao investimento públicos, a prioridade será assegurar a utilização dos recursos disponíveis a título do NextGenerationEU e do orçamento atual. A política de coesão, incluindo o Fundo Social Europeu Mais, presta um apoio importante às medidas de luta contra a pobreza e a exclusão.

O novo Fundo Social em matéria de Clima será um instrumento sólido para combater a pobreza associada à energia e aos transportes e contribuirá para a consecução dos objetivos de combate à pobreza do Plano de Ação para a aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais. Tendo em conta os objetivos do fundo, é imperativo que os Estados-Membros programem as suas intervenções de forma a focar-se nos efeitos sociais para os grupos vulneráveis afetados pelo sistema de comércio de licenças de emissão (CELE 2). Trabalharei em conjunto com os outros comissários para assegurar uma programação orientada e eficaz do Fundo Social em matéria de Clima para apoiar os agregados familiares vulneráveis, as microempresas vulneráveis e os utilizadores vulneráveis de transportes, através de um apoio direto e temporário ao rendimento e de medidas e investimentos destinados a aumentar a eficiência energética dos edifícios, descarbonizar os sistemas de aquecimento e arrefecimento de edifícios e proporcionar um melhor acesso à mobilidade e aos transportes com emissões neutras ou baixas.

Juntamente com os meus colegas comissários, velarei por que a execução do fundo promova as mudanças estruturais necessárias para assegurar uma transição justa e equitativa, acompanhando a implementação do CELE 2. Tal como estipulado no regulamento que cria o fundo, os planos — incluindo os objetivos intermédios e as metas — serão avaliados com base neste critério. O Fundo Social em matéria de Clima prestará apoio direto e temporário ao rendimento, contribuindo assim para reduzir a pobreza dos agregados familiares mais vulneráveis.

Numa perspetiva de futuro, o próximo Quadro Financeiro Plurianual constitui uma oportunidade para tornar as nossas despesas mais focadas, simples e eficazes, associando os investimentos a reformas no intuito de ajudar a dar resposta a desafios em domínios como a educação, as competências e o combate à pobreza. Tanto os investimentos como as reformas devem ser alinhados com os objetivos e as prioridades da UE, a fim de se centrarem nos domínios em que a ação da UE é mais necessária e pode ter o máximo impacto possível.

A Garantia Europeia para a Infância é uma iniciativa abrangente e robusta, e os Estados-Membros demonstraram já que estão empenhados na sua aplicação. Da minha parte, será prioritário concretizar os seus objetivos e consolidá-la. Temos de intensificar os nossos esforços para alcançar resultados e, em especial, para colmatar as disparidades no acesso aos serviços entre as crianças em situação de pobreza e as crianças mais favorecidas. Nesta perspetiva, trabalharei para reforçar a Garantia e orientar ainda mais os Estados-Membros nos seus esforços de combate à pobreza infantil, em especial na sequência do relatório de 2026 da Comissão ao Conselho sobre os progressos alcançados.

Se for devidamente aplicada pelos Estados-Membros, a Recomendação do Conselho relativa ao rendimento mínimo poderá melhorar consideravelmente a adequação dos regimes de rendimento mínimo até 2030 e aproximar

mais pessoas do mercado de trabalho. Por conseguinte, a tónica deve ser colocada, em primeiro lugar, na aplicação da recomendação, que constitui uma forte prioridade horizontal da nova Comissão. Prestaremos apoio aos Estados-Membros e promoveremos a elaboração de políticas baseadas em dados concretos, a aprendizagem mútua e o intercâmbio de boas práticas através do Comité da Proteção Social. A Comissão e o Comité da Proteção Social elaborarão, em 2025, um relatório conjunto que avaliará os progressos realizados na aplicação da recomendação. No que respeita à pobreza dos que trabalham, envidaremos incansáveis esforços na aplicação da Diretiva relativa a salários mínimos adequados, que é o principal instrumento para assegurar que a entrada no mercado de trabalho é efetivamente uma forma de retirar as pessoas da pobreza.

Perguntas da Comissão da Cultura e da Educação

6. Como encara o futuro da política de educação da UE, para além do reforço do capital humano da Europa, a fim de proporcionar uma aprendizagem eficaz e pertinente que desenvolva conhecimentos, aptidões, valores e competências correspondentes a uma visão holística da educação e que contribua para gerações futuras mais bem preparadas e resilientes? No contexto da transição ecológica europeia em curso e da transformação industrial limpa, como tenciona desenvolver ativamente estratégias para enfrentar os desafios relacionados com o acesso à educação, às competências básicas, às competências digitais, à educação CTEM e CTEAM e à educação para a cidadania europeia?

Todos sabemos que a educação é um fator de capacitação das pessoas. Como tal, estou convicta que um espaço europeu da educação forte capacitará a Europa. A minha visão para o futuro da política de educação da UE está profundamente enraizada nos valores fundamentais da liberdade, da democracia, da justiça social e da prosperidade partilhada. O Espaço Europeu da Educação, enquanto espaço comum de aprendizagem de qualidade e acessível a todos, é a força motriz de um objetivo comum em prol de uma educação de qualidade, do desenvolvimento de competências flexíveis e da inclusão. São estes os três ingredientes fundamentais para garantir que as nossas gerações futuras estão não só bem preparadas, mas são também resilientes a choques e desafios. E, como é evidente, um Espaço Europeu da Educação forte lança as bases da nossa futura União de Competências.

A política de educação da UE, prestando apoio os Estados-Membros, consiste em preparar os indivíduos para o mundo do trabalho, mas também para a vida, construindo uma sociedade que valorize o pensamento crítico, a criatividade e a colaboração. A literacia digital e mediática, o multilinguismo e as competências de comunicação são essenciais para permitir aos cidadãos navegar na complexidade de um mundo globalizado. Temos de estabelecer uma estreita cooperação entre pais, escolas, comunidades e prestadores de educação formal e não formal. A educação não deve estar confinada às salas de aula tradicionais, devendo antes estender-se para fora desse contexto e refletir as contínuas interligações entre os indivíduos e os respetivos antecedentes humanos e culturais.

O nosso mundo está a mudar rapidamente. Temos de criar uma União de Competências que fomente eficazmente uma cultura e uma mentalidade de aprendizagem ao longo da vida — na escola, no local de trabalho, na sociedade. Para tal, é essencial chegar a um acordo sobre uma nova forma de definir e avaliar o investimento nas pessoas, do nascimento à velhice. O investimento na educação, por exemplo, das crianças em risco de pobreza, resulta, a médio e a longo prazo, num retorno económico e societal inigualável. São necessárias medidas ambiciosas para o reconhecimento de todas as formas de educação e formação. A simplificação e a digitalização são os princípios fundamentais dessa ação. O resultado que almejamos é que cada pessoa, independentemente dos seus antecedentes ou origens, esteja equipada com as competências necessárias para construir uma carreira profissional sólida e dê provas de resiliência e agilidade quando confrontada com oportunidades e desafios de mudança de carreira. As políticas de apoio a professores e formadores — em termos de condições de trabalho, preparação, recursos e perspetivas de carreira — serão fundamentais para o nosso êxito.

Se a minha indigitação for confirmada, procurarei garantir que todas as crianças, independentemente do seu contexto socioeconómico, tenham acesso a uma educação de elevada qualidade e beneficiem de oportunidades de realizar todo o seu potencial. As ideias e visões expressas nas Recomendações do Conselho de 2022 sobre percursos para o sucesso escolar e sobre educação e acolhimento na primeira infância constituem um ponto de partida precioso.

Os resultados do estudo PISA de 2022 fizeram soar um alarme que não pode ser ignorado. Precisamos de agir com determinação. Se a minha indigitação for confirmada, elaborarei, no âmbito da União de Competências, um plano de ação sobre competências básicas para ajudar a contrariar o preocupante declínio do desempenho dos jovens de 15 anos em literacia, matemática e ciências, bem como a insuficiência de competências digitais. Esse plano privilegiará a melhoria do ensino e da aprendizagem, o apoio a professores e a promoção de ambientes propícios

ao sucesso dos estudantes. Esta abordagem abrangente colocará a tónica não só no desempenho académico, mas também no papel do bem-estar e das competências socioemocionais na melhoria dos resultados escolares.

Outra iniciativa possível no âmbito da União de Competências seria um Plano Estratégico para o Ensino das CTEM, com o objetivo de permitir à Europa melhorar as perspetivas nas áreas da ciência, da tecnologia, da engenharia e da matemática (CTEM). Este plano contribuirá não só para fazer face à escassez de professores qualificados nos domínios das CTEM, mas também para garantir uma maior proporção de raparigas e mulheres a optar por carreiras nestas matérias. As academias de competências já deram um contributo muito importante para o desenvolvimento de programas escolares, permitindo a muitos setores das CTEM formar pessoas em função das necessidades da indústria. Neste contexto, os Diplomas Europeus darão um novo impulso ao desenvolvimento e ao reconhecimento de programas transnacionais de CTEM. Podemos também integrar as artes, as ciências humanas e as ciências sociais nestas iniciativas, a fim de ajudar a garantir que a aprendizagem tem em conta os desafios do mundo real decorrentes da implantação destas competências, em consonância com os nossos valores e necessidades sociais.

De um modo geral, os trabalhos sobre o diploma europeu terão de ser prosseguidos com audácia e determinação, em cooperação com os Estados-Membros e com o setor do ensino superior.

Um sistema de ensino moderno deve também estar aberto à transformação digital plena. A era digital apresenta oportunidades e desafios, e é imperativo que todos os cidadãos estejam equipados das competências necessárias. A UE deve intensificar os seus esforços para proporcionar competências digitais a todos os níveis, desde a primeira infância até à aprendizagem ao longo da vida, integrando essas competências nos principais programas escolares. O Plano de Ação para a Educação Digital 2021-2027 estabeleceu um quadro sólido, mas temos de acelerar as reformas para alcançar as metas da Década Digital. À medida que avançamos, a UE deve considerar domínios fundamentais como a conectividade das escolas, as ferramentas digitais na sala de aula e as competências digitais avançadas em domínios como a IA, a programação e a cibersegurança. No âmbito da União de Competências, tenciono assegurar uma revisão abrangente do Plano de Ação para a Educação Digital.

A educação em matéria de sustentabilidade é a chave para um futuro ecológico e sustentável na Europa. Temos de tirar o máximo partido dos principais instrumentos, como o Quadro Europeu de Competências em matéria de Sustentabilidade (GreenComp). Os aspetos ligados à ecologização podem também ser apoiados através do trabalho das Academias de Professores e racionalizados no contexto da aprendizagem ao longo da vida e das contas individuais de aprendizagem.

Um pilar estratégico da União de Competências deverá ser o reforço do ensino e da formação profissionais (EFP), que proporcionam importantes vias de acesso ao emprego e estão estreitamente associados às competências de que as empresas necessitam. Se a minha indigitação for confirmada, trabalharei na definição de uma Estratégia Europeia para o Ensino e a Formação Profissionais. O meu objetivo é não só aumentar o número de pessoas com diplomas de EFP, mas também reforçar a qualidade, o reconhecimento e a dimensão europeia deste valioso tipo de ensino, capacitando assim os diplomados do EFP. O sólido pacote de fundos da UE, geridos diretamente ou em regime de gestão partilhada, desempenha um papel fundamental na melhoria de competências e na requalificação dos trabalhadores e esforçar-me-ei, juntamente com os meus colegas comissários, para focalizar melhor os investimentos em setores estratégicos que também proporcionem oportunidades valiosas para os nossos jovens.

Quero que sejamos mais eficazes no que respeita a ensinar a Europa às gerações mais jovens, a fim de lhes dar a conhecer os seus valores, a sua história e a sua identidade comum assente na unidade na diversidade. O reforço dos valores democráticos e da participação democrática, a promoção da identidade europeia e da cidadania ativa estão no cerne de todos os programas emblemáticos, incluindo o Erasmus+ e o Corpo Europeu de Solidariedade. Os professores desempenham um papel central na abordagem e na sensibilização para os valores europeus. Se for nomeada comissária, trabalharei em conjunto com os Estados-Membros para reforçar ainda mais a dimensão europeia do ensino. Se a minha indigitação for confirmada, pretendo estabelecer ligações com os trabalhos sobre o Escudo da Democracia, que serão liderados pelo comissário responsável pela Democracia, Justiça e Estado de Direito.

A educação é uma força unificadora e um elemento fundamental para o bom funcionamento de todas as democracias. O programa Erasmus+ reúne jovens de todos os cantos da Europa e pretendo continuar a consolidá-lo. Tornar as mobilidades Erasmus+ ainda mais inclusivas, especialmente ao garantir que as pessoas mais carenciadas e vulneráveis possam também beneficiar do programa, é essencial para consolidar e aprofundar a identidade europeia, entre gerações e nações. Será fundamental melhorar a experiência de mobilidade dos estudantes e utilizar a digitalização para tornar as suas experiências ainda mais enriquecedoras.

7. Qual o seu plano para o futuro do Espaço Europeu da Educação (EEE), que deverá estar concluído até 2025, em conjugação com o reconhecimento e a portabilidade transfronteiras de qualificações, diplomas e certificação em todos os domínios da educação em contextos formais, informais e não formais? Em especial, como tenciona abordar questões urgentes e à escala da UE, como a falta de professores, a sua formação e a precariedade da situação profissional?

O Espaço Europeu da Educação é uma estratégia para garantir a qualidade da educação, da formação e da aprendizagem ao longo da vida e torná-las acessíveis a todos, além-fronteiras, em consonância com o primeiro princípio do Pilar Europeu dos Direitos Sociais. Este compromisso para com a inclusão e a excelência na educação e na formação é essencial para garantir que todos os europeus dispõem das competências necessárias — reconhecidas além-fronteiras — para prosperar na sociedade e no mercado de trabalho e para tornar a União das Competências uma realidade.

Se a minha indigitação for confirmada, envidarei esforços no quadro do Espaço Europeu da Educação com o objetivo de promover uma abordagem comum do desenvolvimento de competências, da mobilidade para fins de aprendizagem, da qualidade e da inclusividade. Este trabalho assentará nas conclusões da avaliação do Espaço Europeu da Educação, que está ainda em curso.

Um elemento fundamental do EEE é o reconhecimento das qualificações, que é vital para a mobilidade dos aprendentes, nomeadamente no âmbito do programa Erasmus+, e para a circulação de talentos em toda a Europa. Embora o quadro já esteja em vigor, o ritmo de execução tem sido desigual, sendo que apenas metade dos Estados-Membros regista até à data progressos suficientes. A proposta da Comissão, de março de 2024, de recomendação do Conselho relativa a um sistema de garantia da qualidade e de reconhecimento constitui mais um passo importante no sentido de tornar o reconhecimento automático uma realidade para todos os aprendentes. Para avançar com os trabalhos neste domínio, a minha prioridade será alcançar um acordo em tempo útil e pô-lo em prática de forma decisiva.

Uma nova iniciativa de portabilidade das competências permitir-nos-á alargar o reconhecimento de competências e qualificações. Proporcionar-se-á, assim, um quadro em que qualquer tipo de competências ou qualificações adquiridas num país ou numa empresa possam ser reconhecidas e aceites noutro contexto, a fim de melhor servir as pessoas e o mercado de trabalho. Contribuirá para a criação de um verdadeiro espaço europeu em que os conhecimentos, as competências e os talentos possam circular livremente.

Além disso, temos de alargar o reconhecimento das certificações, em especial através da Recomendação do Conselho de 2022 relativa às microcredenciais. Estas opções de aprendizagem curtas e flexíveis são fundamentais para a melhoria de competências e a requalificação da mão de obra europeia, tornando a educação mais adaptável às necessidades da nossa economia em evolução. Também serei firme defensora da aprendizagem não formal e informal e promoverei a sua validação, nomeadamente através do trabalho com jovens, proporcionando formas de educação e formação centradas no aprendente, participativas e inovadoras, que favoreçam também a aprendizagem para uma cidadania ativa. Os ambientes de aprendizagem menos formais, como o trabalho com jovens, os clubes desportivos ou as atividades culturais, podem contribuir para uma educação mais inclusiva. Se a minha indigitação for confirmada, procurarei também reforçar a tónica na dimensão da aprendizagem e das competências destas políticas, em cooperação com o comissário responsável pela Equidade Intergeracional, Juventude, Cultura e Desporto.

Atualmente, 24 Estados-Membros acusam falta de professores, situação esta que resulta em menos ensino, menos apoio e, conseqüentemente, numa perda de educação para a próxima geração. É fundamental, tanto para a nossa competitividade como para a coesão social, que o ensino seja uma carreira atrativa. A resolução do problema da escassez de professores e das respetivas necessidades de formação é, em primeiro lugar, da responsabilidade dos Estados-Membros. No entanto, a UE pode e deve apoiar este esforço conjunto e trabalhar com os Estados-Membros, os educadores, os parceiros sociais, a sociedade civil e os aprendentes para ajudar a enfrentar este e outros desafios persistentes nos nossos sistemas educativos. Para o efeito, se a minha indigitação for confirmada, proporei uma Agenda da UE para os Professores centrada nas condições de trabalho, na formação e nas perspetivas de carreira desta classe profissional em toda a UE. Estudarei igualmente a possibilidade de lançar uma Aliança Europeia de Escolas para incentivar uma melhor cooperação e mobilidade transfronteiras entre escolas em toda a Europa. Só através deste esforço conjunto — com o envolvimento dos Estados-Membros, dos educadores, dos parceiros sociais, da sociedade civil e dos aprendentes — poderemos dar respostas a estes desafios persistentes que se colocam aos nossos sistemas educativos.

8. Na UE, deparamo-nos com a realidade da fuga de cérebros no setor do ensino superior, como tenciona abordar ativamente esta questão e como tenciona continuar a desenvolver as «Alianças Universitárias Europeias» e trabalhar no «Diploma Europeu» para enfrentar especificamente estes desafios? Além disso, como tenciona aplicar os ensinamentos retirados da atual execução do programa Erasmus+ na preparação do programa da próxima geração e, especificamente, qual é a sua estratégia para manter os principais objetivos e prioridades do programa, tendo em conta potenciais pressões orçamentais futuras?

A Europa tem de ser um «destino de educação e realização pessoal» — que atraia os melhores talentos em todos os setores, incluindo o ensino superior, e seja também suficientemente competitivo para os manter nas economias e sociedades europeias. Para tal, temos de assegurar que as nossas universidades são mais competitivas e atrativas na cena mundial — independentemente da região em que se encontrem. É minha profunda convicção que a Europa tem tudo o que é necessário para cumprir essa ambição, incluindo uma excelência académica generalizada. No entanto, a fragmentação e a pequena escala restringem muitas vezes o nosso verdadeiro potencial. Para combater esta situação, é necessário que as universidades de toda a Europa cooperem mais e trabalhem em conjunto.

Para o efeito, devemos avançar com a Estratégia Europeia para as Universidades, que visa capacitar e reforçar as instituições de ensino superior em toda a Europa. Uma das suas iniciativas emblemáticas, a iniciativa Universidades Europeias, apoiada no âmbito do Erasmus+, reúne universidades de todas as partes da Europa, incluindo as zonas rurais e as regiões ultraperiféricas, no intuito de estreitar a cooperação entre elas. Através da criação de campus interuniversitários europeus, as Alianças de Universidades Europeias poderão proporcionar aos estudantes o acesso a uma oferta educativa mais rica e de melhor qualidade, em cooperação com os departamentos de investigação e as empresas. Esta abordagem permite aos estudantes desenvolver um conjunto mais vasto e mais variado de aptidões e competências orientadas para o futuro, uma vez que as universidades congregam os respetivos recursos, competências e conhecimentos numa conjugação de pontos fortes que se complementam e que não estão disponíveis numa única instituição. Essas alianças promovem uma circulação equilibrada de talentos e proporcionam aos estudantes oportunidades únicas para obterem um diploma de nível superior com mobilidade integrada — combinando estudos em vários países europeus. Por conseguinte, temos de fazer avançar estas medidas promissoras, incentivando mais universidades a aderir a esta abordagem e dando a conhecer os benefícios para os educadores, os estudantes e os futuros empregadores.

O plano para um diploma europeu, avançado por várias Alianças de Universidades Europeias, abre novas oportunidades para todas as instituições de ensino superior oferecerem aos seus estudantes um diploma altamente procurado e geralmente reconhecido, incluindo em setores de importância estratégica para a Europa. Se a minha indigitação for confirmada, prosseguirei este trabalho para que o diploma europeu seja uma realidade, em colaboração com os Estados-Membros, o Parlamento Europeu e as partes interessadas do ensino superior, ao serviço do futuro dos nossos estudantes e da Europa. Tenciono dedicar um dos meus diálogos sobre a aplicação a analisar os aspetos que poderão estar a travar os progressos nesta matéria.

Há mais de 35 anos, o Erasmus+ ajuda as pessoas a beneficiarem da mobilidade para fins de aprendizagem e a adquirirem novas competências e aptidões, tais como empatia, confiança, abertura de espírito, pensamento crítico, respeito pela diversidade e cidadania ativa. Um programa Erasmus+ renovado e reforçado promoverá a competitividade e a inclusão social e contribuirá para defender os nossos valores democráticos. Neste contexto, se a minha indigitação for confirmada, aproveitarei os resultados do programa para justificar de forma convincente a sua próxima geração. O nível de ambição é elevado. O relatório Draghi apelou a um «Erasmus para Todos», o que também foi demonstrado na recomendação do Conselho sobre a «Europa em Movimento». A procura de mobilidade para fins de aprendizagem e de cooperação excede as capacidades do programa tal como existe atualmente. Como foi indicado nas orientações políticas, temos de reforçar o Erasmus+, nomeadamente no que diz respeito à formação profissional. O próximo Quadro Financeiro Plurianual constitui uma oportunidade para tornar os nossos investimentos na educação mais simples e mais eficazes. Por conseguinte, temos de reforçar as ações existentes propondo melhorias e novas simplificações para acompanhar o ritmo de um mundo em rápida evolução e dinamizar a cooperação europeia e internacional. O Erasmus+ é o instrumento privilegiado para aproximar os europeus e promover a competitividade, a inclusão, a participação democrática e os valores fundamentais da UE.

Perguntas da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos

9. Tendo em conta a necessidade urgente de uma cultura de preparação da UE face a ameaças emergentes suscetíveis de afetar a nossa segurança e a segurança da nossa sociedade, como tenciona contribuir para reforçar as nossas capacidades da UE, melhorar a deteção de ameaças e operacionalizar uma resposta coordenada a situações de crise de forma rápida e eficaz?

Tendo em conta o aumento dramático do número e da complexidade dos riscos climáticos, sociais, geopolíticos e em matéria de segurança tecnológica que ameaçam a UE, é imperativo que a UE desenvolva uma abordagem mais estratégica, abrangente e integrada da gestão de crises.

Se a minha indigitação for confirmada, na qualidade de vice-presidente executiva, orientarei os trabalhos no sentido de uma Estratégia da UE da União da Preparação, com base no relatório sobre a preparação civil e militar da UE a apresentar pelo antigo presidente finlandês Sauli Niinistö.

O objetivo é forjar uma União mais forte e mais bem preparada, assente numa abordagem transetorial da preparação que envolva toda a sociedade, todos os departamentos governamentais e inclua todos os riscos, bem como numa cooperação civil e militar mais estreita.

Nesta perspetiva, é importante dotar os cidadãos das competências necessárias, no âmbito da missão mais vasta que me é confiada em matéria de competências e educação. A UE e os seus Estados-Membros devem preparar-se para todo o espectro de crises e choques naturais ou de origem humana, desde as ameaças à segurança, incluindo as ameaças híbridas e cada vez mais com uma dimensão cibernética, às catástrofes provocadas pelas alterações climáticas e pela degradação ambiental, com repercussões noutros setores da nossa sociedade, como a saúde, a assistência social e a agricultura.

Se a minha indigitação for confirmada, trabalharei neste desígnio com a comissão responsável pela Preparação para Crises e Gestão de Crises. Na qualidade de vice-presidente executiva, comprometo-me a ajudar a reunir as várias vertentes de trabalho envolvidas. Trabalharei em estreita colaboração com todos os meus colegas comissários e os Estados-Membros da UE, num verdadeiro espírito de Equipa Europa. A Estratégia da UE da União da Preparação lançará as bases que reforçarão as capacidades da Europa para identificar e resolver as vulnerabilidades a montante através de exercícios e de testes e, de seguida, prevenir, resistir e responder a crises de uma forma bem coordenada e integrada.

Na realidade, não partimos do zero: a UE já desenvolveu instrumentos importantes para prevenir, detetar e coordenar a resposta a situações de crise, como o Mecanismo de Proteção Civil da União, e neles devemos continuar a confiar. Estes instrumentos incluem também a reserva estratégica de capacidades de resposta da UE («rescEU»), que deve ser mantida e reforçada.

Podemos tirar partido da experiência dos já existentes instrumentos e ferramentas setoriais de gestão de crises desenvolvidos em diferentes domínios e a diferentes níveis, incluindo a preparação civil e militar, e aproveitar os ensinamentos retirados de crises anteriores — como o quadro reforçado de segurança sanitária da UE estabelecido após a pandemia de COVID-19 ou o trabalho de criação de contramedidas médicas.

No âmbito da Estratégia para a União da Segurança, a UE adotou um conjunto de medidas legislativas e operacionais que a deixaram agora mais bem equipada para responder a desafios em matéria de segurança do que era o caso há cinco anos. A Comissão trabalhará em estreita colaboração com os Estados-Membros para assegurar a aplicação da nova legislação, que será fundamental para garantir a preparação para ameaças e vulnerabilidades em matéria de segurança.

Mas a preparação já não pode ser uma questão exclusiva dos governos e das instituições. Dada a complexidade sem precedentes e a natureza transetorial das ameaças, a participação ativa dos cidadãos, das famílias e dos intervenientes sociais aos níveis local, regional e nacional será essencial para reforçar a preparação da UE, criar capacidades e operacionalizar uma resposta rápida, eficaz e coordenada a situações de crise. As novas iniciativas destinadas a desenvolver competências e capacidades de resposta a situações de crise podem desempenhar um papel fundamental, com o envolvimento dos parceiros sociais, das instituições de ensino e do setor privado, a fim de garantir que todos os cidadãos estão preparados.

A nossa capacidade de resposta a ciberameaças, a ameaças para a saúde ou a catástrofes naturais constitui um teste à nossa determinação e à nossa solidariedade. É possível preparar-nos dotando as pessoas das competências adequadas, quer se trate, por exemplo, de profissionais de saúde, de pessoal responsável pela resposta à emergência, de especialistas em cibersegurança ou de gestores de logística, profissões estas onde enfrentamos uma escassez de competências especializadas. A educação para os riscos desempenhará também um papel fundamental, especialmente para os grupos vulneráveis.

Aproveitando e congregando as capacidades existentes, reforçaremos a antecipação, melhoraremos os nossos sistemas de alerta precoce e de deteção e analisaremos as lacunas em termos das capacidades da UE em todos os

setores. A pandemia da COVID-19 e a guerra contra a Ucrânia mostraram-nos como as crises podem ter um efeito de cascata e propagar-se de um setor para o outro devido às múltiplas interligações e interdependências, o que exige soluções e coordenação transetoriais, muitas vezes com uma dimensão interna e externa. Estou empenhada em favorecer uma compreensão transetorial dos riscos e a promover uma análise preventiva dos riscos. É com determinação que procurarei concretizar este desígnio em benefício da nossa sociedade e dos nossos cidadãos.

Perguntas da Comissão dos Direitos das Mulheres e da Igualdade dos Géneros

10. Que iniciativas tenciona desenvolver para colmatar as disparidades salariais entre homens e mulheres, as disparidades nas carreiras e nas pensões e combater a segregação horizontal, bem como para promover as raparigas e as mulheres no ensino e nas carreiras CTEM e evitar a sua discriminação, para que a Europa possa tirar partido de todo o seu talento e potencial? Também devido às disparidades entre homens e mulheres, o risco de pobreza ou exclusão social na UE é mais elevado para as mulheres do que para os homens. As mulheres que têm responsabilidades informais de prestação de cuidados a familiares dependentes correm o risco de não conseguirem aceder a um emprego formal e estão mais expostas ao risco de pobreza. Como tenciona melhorar as condições de trabalho, a progressão na carreira e a melhoria das competências das mulheres no contexto do novo quadro para dar resposta aos desafios da mão de obra no setor dos cuidados de longa duração? No que respeita à primeira estratégia de combate à pobreza prevista para esta Comissão, como tenciona garantir que mulheres em situações mais precárias e vulneráveis, como as mulheres sem-abrigo e as mães solteiras, sejam abrangidas pela nova estratégia?

A igualdade é um valor fundamental da UE e é um princípio intrínseco a todo o trabalho que prosseguirei na minha função. A desigualdade de género constitui uma violação dos direitos fundamentais. Além disso, é também um enorme obstáculo económico que impede a Europa de realizar todo o seu potencial, com efeitos duradouros na nossa competitividade e produtividade.

Várias ações recentes da UE encerram já potencialidades transformadoras de melhorar a vida das mulheres e a sua participação na economia. Aqui se incluem, nomeadamente, as diretivas relativas à transparência salarial, ao equilíbrio entre homens e mulheres nos conselhos de administração das empresas, à conciliação entre a vida profissional e a vida familiar e a salários mínimos adequados. Se a minha indigitação for confirmada, na qualidade de vice-presidente executiva, assegurarei a correta aplicação destes instrumentos, trabalhando em estreita colaboração com os meus colegas pertinentes do Colégio, e facilitarei os esforços dos Estados-Membros sempre que necessário.

No que diz respeito ao combate às disparidades entre homens e mulheres no mercado de trabalho, como as disparidades de género nos salários, nas carreiras, no emprego e nas pensões de reforma, trabalharei em estreita colaboração com a comissão da Igualdade no desenvolvimento da nova Estratégia para a Igualdade de Género pós-2025, incluindo na preparação das nossas ações concretas neste domínio. O novo Plano de Ação para o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, com os seus princípios em matéria de igualdade de género, igualdade de oportunidades e equilíbrio entre a vida profissional e a vida familiar, será também fundamental nesta matéria.

Envidarei esforços para combater os desequilíbrios e estereótipos de género no que diz respeito à educação e às carreiras profissionais. Por exemplo, no âmbito da iniciativa «Girls Go Circular», mais de 47 000 raparigas em todos os Estados-Membros da UE receberam já formação em competências digitais, empresariais e ecológicas. Tenciono continuar a envidar esforços nesse sentido. Além disso, através do Erasmus+, estamos também a apoiar projetos que desenvolvem formas de superar os obstáculos que impedem as raparigas e as mulheres de prosseguirem uma carreira de EFP no setor das tecnologias de impacto zero e em domínios conexos. Este aspeto é essencial, uma vez que muitas das oportunidades criadas pelas transições ecológica e digital dirão respeito a profissões técnicas, tradicionalmente dominadas pelos homens, e não podemos dar-nos ao luxo de deixar desaproveitado o talento de metade da população.

Se a minha indigitação for confirmada, integrarei uma perspetiva de género nas iniciativas em matéria de competências e educação sob a minha responsabilidade. Darei ainda a devida atenção a abordagens para acabar com a segregação horizontal no mercado de trabalho. Estes são fatores importantes que contribuem para as disparidades salariais entre homens e mulheres. A superação das disparidades de género no ensino das CTEM será um dos principais objetivos do Plano Estratégico para o Ensino das CTEM. Metodologias adequadas de ensino e aprendizagem podem aumentar a motivação, o interesse e a participação de todos os alunos, incluindo as raparigas, nas CTEM. Uma formação de professores sensível às questões de género pode contribuir para ultrapassar os obstáculos institucionais e para promover um acesso mais alargado à educação das CTEM. Iniciativas como a Girls Go Circular podem continuar a ser desenvolvidas através de formação especializada para educadores em

disciplinas das CTEM, proporcionando acesso a ferramentas de ensino e à criação de redes e estabelecendo pontes entre a educação e a indústria.

É importante ter em conta os desafios em matéria de igualdade, incluindo a igualdade de género, nos trabalhos para uma Estratégia da UE de Combate à Pobreza. A fim de fazer face à situação das pessoas mais vulneráveis, incluindo os sem-abrigo, as mães solteiras e as pessoas com deficiência, temos de combater as causas profundas da pobreza. Em consonância com o paradigma da inclusão ativa, tenciono ponderar fatores como a insuficiência de rendimentos, as deficiências no acesso ao mercado de trabalho e as lacunas no acesso a serviços sociais e essenciais, como a energia e os transportes. Não raras vezes, estas lacunas comportam uma dimensão de género.

Ações de apoio a uma maior participação das mulheres no mercado de trabalho contribuiriam também para colmatar as disparidades entre homens e mulheres nas pensões de reforma, que refletem sobretudo as desigualdades de género durante a vida ativa e a capacidade redistributiva dos nossos sistemas de proteção social. Devemos também continuar a acompanhar as disparidades nas pensões de reforma e prestar especial atenção a desigualdades, discriminação e preconceitos de género estruturais nas pensões de velhice.

A prestação de cuidados está no centro das desigualdades de género e constitui um aspeto essencial da solução.

Constatamos uma repartição desproporcionada das responsabilidades de prestação de cuidados, que sobrecarrega as mulheres e determina se e de que forma podem exercer uma atividade remunerada. A fim de apoiar a participação das mulheres no mercado de trabalho ao longo da vida, é necessário assegurar serviços de prestação de cuidados de elevada qualidade, a preços comportáveis e acessíveis em toda a UE e melhorar a situação tanto para os beneficiários de cuidados como para as pessoas que lhes prestam a título profissional ou informal. Por conseguinte, prosseguirei e intensificarei os trabalhos sobre a aplicação da Estratégia Europeia de Prestação de Cuidados e, em especial, das duas recomendações do Conselho relativas à educação e acolhimento na primeira infância e aos cuidados de longa duração.